

Lista de Presença – 6ª Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas de 2020	
Data da Reunião: 16/06/2020	Horário: 9h
REPRESENTANTES	
Nome	Câmara Técnica
Camila Clementina Arantes	CTGI
Alfredo Pisani	CTMH
Natacha Yukie Nakamura	CTGI
José Luiz Albuquerque Filho	CTGI
Cátia Regina Macagnan	CTEA
Murilo Andrade Valle	CTGI
Gerson Salviano	CTMH
Laura Stela Naliato Perez	CTGI
Jaqueline Aparecida Bória Fernandez	CTPA
Reginaldo Pereira Lima	CTEA
Silene Cristina Baptistelli	CTGI
solange wuo franco	CTEA
Josue Barranco	CTPA
Marcelo Rodrigues da Motta	CTPA
Reginaldo Pereira Lima	CTEA
Melissa Cristina Pereira Graciosa	CTGI
Francisca Adalgisa da Silva	CTEA
Gilson Guimarães	CTGI
Ronaldo Vasques	CTGI
Gabriel Sousa Alves	CTGI
lilian barrella peres	CTMH
Maria Emilia Botelho	CTPA
Mary Dias Lobas de Castro	CTEA
Nilton de Santana	CTGI
Allan Santos de Oliveira	CTEA
CONVIDADOS	
Hélio Suleiman	FABHAT
Beatriz Vilera	FABHAT
Ana Sedlacek	FABHAT/Secretaria Executiva
Larissa Cristina Silva	FABAHT/Secretaria Executiva
Glenda Machado Dias	PM de Carapicuíba
William Cavalheiro de Souza	SABESP

Camila iniciou a reunião às 9h, agradeceu a presença de todos e informou que a pauta seria a avaliação dos empreendimentos de 21 a 25. A Memória da 5ª reunião foi aprovada, contemplando as alterações do Gilson (CTGI), Lilian Peres (CTMH) e José Luiz (CTGI).

Análise dos projetos:

Empreendimento 21 – Plano Diretor Municipal de Drenagem Urbana de Mairiporã - PM de Mairiporã

Analistas: Gerson Salviano (CTPA), Reginaldo Pereira Lima (CTGI), FABHAT

Gerson Salviano (CTPA) realizou a apresentação e destacou que a análise foi baseada na Deliberação 93/2020. Pontuou também que um Plano de Drenagem Urbana do Município deve contemplar problemas de inundações alinhados à segurança de eventos hidrológicos, deslizamento de encostas e processos erosivos.

Os principais pontos da apresentação foram:

- Não foi realizada a “apresentação institucional”;
- Não foi citado o Plano de Saneamento do Município de Mairiporã (2013), que é um exemplo de trabalho realizado para reforçar a importância do projeto;
- Os objetivos gerais e específicos estão muito genéricos no TR;
- Em Área de Estudo não ficou claro onde será o objeto do trabalho, que é importante principalmente para realizar o orçamento. Gerson complementou que os estudos que envolvem a elaboração do Plano são muito caros e que o tamanho da área influencia bastante no valor.
- A equipe técnica não foi apresentada. É importante também colocar a função de cada um para justificar o conhecimento na área.

Gerson completou que é um projeto importante para o município e que cabe à FABHAT ver a questão de fiscalização, para orientar os municípios na elaboração do Plano Municipal em alinhamento com o PDMAT 3.

Reginaldo Lima (CTGI) complementou que o comitê tem uma expertise que pode auxiliar os municípios. Para elaboração dos planos municipais as dificuldades são grandes e um apoio extra é bem vindo.

Demais representantes:

José Luiz (CTGI) concordou com o Gerson com relação à importância da revisão bibliográfica e utilização de trabalhos já realizados como base para elaboração do plano de drenagem.

Beatriz Vilera (FABHAT) informou que o projeto cita o PDMAT para elaboração do plano como diretriz básica e foi apresentado um horizonte de planejamento.

Hélio Suleiman (FABHAT) reforçou a importância de técnicos como Gerson e José Luiz levar ao Comitê materiais e estudos do IPT que auxiliem no banco de dados para elaboração de projeto como esse.

Laura Stela (CTGI) retomou a discussão sobre a área do projeto, e disse que sendo um plano de drenagem urbana teria que abranger todo o município e questionou se pode considerar a área do PCJ para ser financiado pelo AT.

Camila considera pertinente que o Rafael esclareça sobre a área de abrangência.

Rafael Tostes (PM de Mairiporã) esclareceu que o plano de drenagem é municipal, portanto vai envolver também a área do PCJ.

Camila reforçou que a delimitação deve ficar clara no projeto e reforça sobre a questão levantada por Gerson quanto aos custos e à necessidade de uma possível revisão no orçamento.

Marcelo Motta (CTGI) questionou se o projeto também está sendo pleitado no PCJ. Rafael esclareceu que como a maior área Bacia é o Alto Tietê e que está sendo pleitado somente pelo CBH-AT.

Gilson (CTGI) disse que é importante delimitar a porção PCJ e AT e que pode sim financiar, nessa situação, desde que haja interesse para a Bacia AT. Beatriz esclareceu que de acordo com o MPO, em projetos gerais não existe essa regra, somente para transferência de recurso da cobrança. Então não havia problema envolver todo o município para indicação pelo CBH-AT.

Camila perguntou se cabe solicitar ao tomador que acrescente ao projeto outras referências além do PDMAT, já que na Deliberação isso não é colocado. Gerson esclareceu que deve ser como uma sugestão para auxiliá-los na justificativa e delinear as ações.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

Gerson reforçou a importância de seguir o modelo do TR que está na Deliberação CBH-AT 93/2020, que facilita principalmente na análise.

Empreendimento 22 - Projeto Básico do Sítio de Testes de Equipamentos para Esgotos Sanitários - IPT

Analistas: Silene Baptistelli (CTGI), Camila Arantes (CTGI), FABHAT.

Camila Arantes disse que o projeto não se enquadra nas ações do Plano.

Explicou que o projeto propõe uma melhoria tecnológica para controle de vazão, que irá reduzir os erros da medição através de instalações laboratoriais para testes de equipamentos. A justificativa apresentada é que a tecnologia aumentaria o índice de coleta e tratamento de esgoto. Porém, não apresentou uma meta que efetivamente demonstrasse essa relação. Reforçou que a proposta é muito interessante, mas que considerando as ações previstas para o momento, ela não se enquadra.

Beatriz complementou que esse tipo de empreendimento pode ser financiado pelo FEHIDRO e está dentro das linhas temáticas do MPO, porém não se enquadra com a ação financiável da Bacia.

Diante do exposto todos concordaram pela não habilitação do projeto.

Conclusão: INABILITADO.

Camila reforçou que está em aberto uma chamada FAPESP SABESP-FAPESP e recomendação IPT acompanhar para verificar as ações financiáveis. <http://www.fapesp.br/13985>

Empreendimento 23 - Plano de Sinalização Ambiental e de Identificação Visual - APRM-AJ - IFPPC

Analistas: Maria Fernanda (CTEA), Cátia Regina (CTEA), Francisca Adalgisa (CTEA), FABAHAT.

Francisca realizou a apresentação do projeto, os principais pontos abordados foram os seguintes:

- O tomador não buscou articulação com projetos já existentes na Bacia, ou seja, não tentaram integrar o projeto com estudos já realizados na região;
- Considerou o número de população de 3 municípios dentro da Bacia. Dentro da perspectiva, considera importante analisar o potencial turístico e quantidade de pessoas que frequentam a área de estudo.
- Em metodologia não traz como o estudo será realizado, sem técnicas, ferramentas, sem detalhamento dos trabalhos que serão realizados. Está bem subjetivo e generalizado.
- Não apresentou parceria com as prefeituras, o que é de extrema importância para verificar se há interesse do órgão para aplicação do projeto.
- Em equipe técnica foi apresentada a equipe a ser contratada;

Beatriz complementou alguns itens de acordo com a análise da FABHAT:

- O tomador não apresentou a capacidade para realizar a proposta e que os projetos financiados com recurso FEHIDRO apontados são de outra entidade (IP);
- Apesar do item “introdução e justificativa” ser muito extenso, não teve como base a necessidade e problema na região, o que demonstrou um desconhecimento do tomador, já que existem informações acessíveis, que podem ser buscadas no PDPA da APRM, Lei Específicas, divulgações da CETESB, relatório de situação da Bacia.
- Não garante a sustentabilidade e perenidade do projeto. Complementou que em objetivo geral, cita os órgãos responsáveis do SIGRH, porém não apresenta as parcerias.

Demais membros:

Solange Wuo (CTEA) disse que o tema de sinalização de mananciais é muito importante, pois vem a contribuir com a fiscalização e educação ambiental. Complementou que está em andamento a ideia de um plano de sinalização para a Bacia, garantindo sua entidade visual.

Rafael (PM de Mairiporã) reforçou sobre a necessidade de anuência da prefeitura para aprovação do projeto, pois os municípios possuem a secretaria do meio ambiente, como responsável e plano de turismo, que deve contemplar projetos com esse escopo.

Ronaldo (CTGI) questionou através do chat se não seria dada oportunidade ao tomador de melhorar o projeto e estabelecer parcerias.

Camila explicou que de acordo com a análise apresentada, o tomador teria que praticamente refazer o projeto em 4 dias, o que não é viável. Mas considera pertinente que o tomador pode utilizar a análise que está sendo realizada agora, para reapresentar o projeto na 2ª chamada.

Murilo Valle (CTGI), também através do chat, manifestou que o que foi colocado poderia ser utilizado para o tomador pensar em nova proposta em uma eventual segunda chamada.

Camila questionou também se para projetos desse tipo seria possível apresentar ao mesmo tempo a elaboração e execução do projeto.

Francisca e Solange Wuo (CTGI) esclareceram que é inviável, pois não é possível realizar o orçamento da implantação das placas sem antes ter toda a análise do local.

Melissa (CTGI) ressaltou sobre a importância de trazer a participação da sociedade civil como tomadores de recurso FEHIDRO e reforçou a necessidade de capacitá-los e orientá-los. Complementou que é comum ocorrer uma confusão sobre qual órgão é responsável por determinado serviço e que o grande problema é a falta de parcerias que garantam a implantação, manutenção e continuidade do projeto.

Conclusão: INABILITADO.

Empreendimento 24 – RT15 e RT16 - DAEE

Analistas: Murilo Valle (CTGI), Melissa (CTGI), FABHAT

Melissa realizou a apresentação do projeto:

- Refere-se à elaboração de projetos executivos para contenção de cheias de acordo com as diretrizes previstas no PDMAT;
- Na fase de execução das obras envolve parcerias com os municípios;
- Como equipe técnica, está entrando como contrapartida os técnicos do departamento de obras do DAEE;
- O plano está muito bem fundamentado no ponto de vista técnico e de enquadramento.

Murilo concordou com a apresentação.

Beatriz complementou que o projeto está bem escrito e justificado e que é necessário apenas fazer alguns ajustes, como: na planilha de orçamento as horas de profissionais estão excedentes ao estipulado no MPO; e em “metas e ações” foi colado produto como “reservatório”, porém, é apenas um estudo e não um projeto estrutural.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

Empreendimento 25 – Rio Tietê Lote 5 - DAEE

Analistas: Gerson Salviano (CTPA), Melissa (CTGI), FABHAT

Gerson realizou a apresentação do projeto tendo efetuado as seguintes considerações:

- O título do projeto está muito extenso, sendo praticamente o objetivo já no título;
- A mancha de inundação no TR deve ser melhor definida;

- Em introdução e justificativa, falta relacionar à área de estudo, pois foi apresentada de forma muito abrangente sobre a Bacia do Alto Tietê;
- Faltou vincular com a ação financiável de acordo com a Deliberação CBH-AT 93/2020;
- Falta a localização da área de estudo, localizando o perímetro do trecho e áreas beneficiadas;
- Equipe técnica: apresentam a equipe do quadro permanente da gerenciadora e supervisora e não é apresentada como contrapartida na planilha de orçamento.
- Não vinculou os produtos com o Plano de Bacia (PDC 7);
- É necessário ter um alinhamento quanto ao TR e memorial descritivo, pois as informações apareceram divididas nos documentos.

Gerson sugeriu discutir nas próximas chamadas sobre o desassoreamento, com relação ao que está sendo trabalhado na solução. Como, por exemplo, monitoramento de transporte de sedimentos.

Demais analistas:

Melissa (CTGI) concordou com a apresentação realizada por Gerson e reforçou que o tomador deve se dedicar para colocar o projeto no formato de TR do CBH-AT. Outro ponto apontado também foi sobre o FEHIDRO investir constantemente em projetos de desassoreamento, pois está prevista na Deliberação 93/2020 e no PDMAT, o que representa aplicação de recurso em ações que efetivamente não alcançam a origem do problema.

Gerson complementou que o órgão capacitado para desenvolver esse projeto é o DAEE e que o questionamento é com relação ao papel do FEHIDRO em disponibilizar verbas para empreendimentos com esse escopo.

Camila considerou importante colocar esse assunto na pauta.

Beatriz parabenizou a apresentação e acrescentou alguns pontos:

- ✓ O projeto e os próximos são semelhantes e o tomador apresentou os mesmos documentos, como TR, memorial descritivo e especificações técnicas. Salientou que é necessário solicitar para que o tomador organize as informações em um mesmo documento no formato do TR.
- ✓ Os títulos devem ser reduzidos e padronizados em todos os documentos;
- ✓ Com relação aos trechos dos projetos de desassoreamento, é necessário pedir para o tomador envie as coordenadas do início e fim desses trechos, para verificar o benefício efetivo nas áreas de APM e APRMs.

Informou, por fim, que será elaborado um mapa para mostrar todos os trechos de desassoreamento e o benefício para as APM e APRMs.

Demais representantes:

Solange (CTEA) disse que tem um agravamento no problema de assoreamento dos rios pelas questões de ocupações irregulares e que os municípios, principalmente em épocas de chuva, colocam uma pressão muito grande em cima do DAEE para realização desse tipo de projeto. Complementou que entende que o desassoreamento não resolve o problema e concorda com

a Melissa e o Gerson, mas que no momento é uma medida necessária e que representa uma questão de segurança pública. Melissa concordou com a consideração da Solange, e disse que para essa chamada o projeto está apto para continuar nas avaliações, mas que essa questão deve ser uma discussão dentro do comitê.

Conclusão: HABILITADO COM RESSALVAS.

Demais assuntos:

Camila sugeriu um encaminhamento para que as fragilidades encontradas na análise dos empreendimentos sejam trabalhadas, pensando em uma integração das câmaras para melhoria na estruturação dos projetos.

Hélio Suleiman (FABAHT) disse que a integração das câmaras poderia ser realizada através da FABAHT.

Lilian Barrella (CTMH) retomou o que começou a ser conversado ano passado: Como o CBH-AT tem o recurso e plano, precisa ser mais pró-ativo e não esperar que os tomadores venham com os projetos; propõe avançar junto aos principais componentes em uma reunião de câmaras para trabalhar esse assunto.

Josué concordou com a proposta de integração e disse que as câmaras técnicas devem se reunir para montar um plano de trabalho sobre a fiscalização e outros temas que também são prioritários. Também sugeriu convidar outros atores para participar dessa reunião, pois já existem alguns estudos e planos sendo realizados. Demandas de solicitação e montar uma linha de estratégia de comunicação para sair com algo prático e verificar quem de fato pode conduzir.

Maria Emília vê um papel da câmara de planejamento verificar os problemas apontados e as demandas, para que em cima disso abrir a discussão às demais câmaras. E apresentou que a FABHAT tem um papel fundamental, pois tem a visão do todo, assim sendo possível detectar prioridades.

Lilian disse que o trabalho é muito ambicioso, que vai requerer o trabalho de todos dentro do Comitê, portanto tem que ser um processo bastante participativo, de forma planejada e coordenada. Primeiro deveria ter uma reunião de todas as coordenações das câmaras para estabelecer as diretrizes, pois uma única câmara tem somente uma visão de acordo com sua atribuição. Concordou com a Maria Emília sobre a CTPA, para a integração de todas as informações. Complementou que precisa montar a agenda com pauta para avançar e que a FABHAT deve participar de todas as discussões.

Maria Emília disse que deve ocorrer o caminho inverso: primeiramente uma discussão do coordenador com cada câmara, para que em reunião conjunta apresente o diagnóstico.

Murilo propôs a utilização da ferramenta PES (Planejamento Estratégico Situacional). Ficou acordado que Murilo irá apresentar a ferramenta e que a discussão irá continuar na próxima reunião (quinta-feira).

A reunião se encerrou às 13h15.